



UNIVERSIDADE PARA TODOS

Germano José de Souza¹

RESUMO

O presente artigo discorre sobre uma visão holística das Universidades sobre o ensino superior no Brasil, através do Programa “Universidade para Todos - ProUni. Tem como principal tema estabelecer cotas de bolsas de estudos, para a inclusão de alunos carentes, provenientes de escolas públicas e privadas, em troca de isenção fiscal. As referidas cotas, além de atender os alunos carentes, também favorecem a classe da raça negra, indígena e portadores de necessidades especiais. O objetivo principal do artigo é apontar uma relação histórica comparativa, demonstrando inicialmente, uma total exclusão dos mesmos na Universidade.

ABSTRACT

This article discusses higher education in Brazil, within a holistic view of universities, through the Program “*Universidad para Todos*” (University for all) – ProUni. Its main theme is to establish scholarship quotas for the inclusion of needy students from public and private schools, in exchange for tax exemption. These quotas, besides assisting needy students, also favor black and indigenous students, and students with special needs. The main objective of this article is to point out a historical comparative relationship, initially demonstrating a total exclusion of the above-mentioned students in universities.

Olhando para o lado da natureza humana e pelos princípios do mérito e da liberdade acadêmicos, a **Educação** é um bem público. A Universidade produz conhecimento, ciência, tecnologia, arte, cultura, identidade, riqueza material e valores que não beneficiam só o diplomado, mas a sociedade em geral. O financiamento da educação superior desafia não somente o governo, mas a sociedade brasileira, por isso essa obra não pode e não deve ser financiada por indivíduos, mas pelo conjunto da sociedade.

Para Wrana Panizzi, publicado no JC (Jornal da Ciência), a Universidade moderna é o resultado de uma longa construção histórica. Ela consolidou-se e ganhou legitimidade como instituição precisamente por se mostrar capaz de transmitir e de produzir conhecimento. A Universidade, portanto, deve necessariamente associar

¹ Germano José de Souza é Mestre em Administração Universitária pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e Assessor na área de convênios de estágios na Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI.



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



ensino, pesquisa e extensão, e uma instituição assim certamente demanda altos investimentos.

As nações que mais investem em suas Universidades são, não por acaso, as mais desenvolvidas. Essas nações há muito compreenderam que é impossível “vender” a educação e o conhecimento pelo valor que de fato têm. Isso custaria tão caro que nenhum estudante conseguiria pagar. A formação estritamente profissional, embora tenha enorme importância social, é apenas uma das tantas atividades realizadas pela universidade.

A educação é um mérito para todos, mas aqueles que não tem condições financeiras, já é carente por natureza, mesmo que venha ingressar em uma Universidade pública seria penalizado por isso.

O financiamento da educação superior no Brasil é, em primeiro lugar, um problema político. Ele precisa ser enfrentado com coragem e urgência.

O encaminhamento de soluções para esse grave problema demanda, antes de mais nada a construção de um novo pacto universitário e a definição de um novo marco regulatório para o sistema nacional de educação superior.

É tradição, em muitos países tomados freqüentemente como exemplo para a educação superior brasileira, a doação de significativos recursos às universidades por parte de indivíduos e empresas.

Levanta-se aqui uma sugestão: por que o Congresso não regulamenta finalmente o sempre adiado Imposto sobre Grandes Fortunas e destina sua arrecadação ao sistema público de educação superior?.

Segundo mensagem de Isabella Palmié, “muito se discute em termos de vias alternativas que evitem a execução, avaliação do ensino superior, mas pouquíssimas vezes, cogita-se a qualidade do ensino em todas as instâncias no Brasil”.

Como técnico administrativo mestre em Administração Universitária pelo Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina, penso que deve-se olhar para trás.

Um estudante do ensino médio que sequer consegue ler e discutir o que leu, não deve passar despercebido pelos nossos olhos, nem pelos pesquisadores, ‘pensadores’ desta sociedade, sem falar nas políticas de aprovação automática aplicadas para mascarar as estatísticas, que estão sendo permitidas sem questionar.



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



Os avanços na Ciência e Tecnologia, tem melhorado a qualidade de vida dos nossos cidadãos, entretanto este modo de tratamento está sendo percebido? Que expectativas para o futuro podemos ter quando a quantificação da educação está valendo mais do que a sua qualidade? Por isso temos que rever os conceitos e atuar nas bases da educação sem paternalismos baratos.

A saída para melhorar a educação de um país é dar a oportunidade à leitura. Também é preciso dar aos mais carentes, acesso ao ensino superior. Sabemos que isso é complicado, mas temos que começar, mesmo errando, para podermos acertar mais tarde.

Para Antônio Jacintho Caleiro Palma, todos nós sabemos que o correto seria a existência de um ensino público competente, tanto na área do ensino fundamental como na área do ensino médio, o que habilitaria o jovem carente ao ingresso em universidades públicas, que embora sendo gratuitas, são em sua maioria, as melhores do país. Porém, a realidade é outra, pois o ensino público fundamental e médio é, de uma forma geral, extremamente precário. O que percebe-se são os jovens de classe média e alta estudarem em colégios privados depois ingressarem nas universidades públicas.

Como curiosidade fica um questionamento.

Mas não haverá discriminação na universidade contra tais estudantes, que só conseguiram entrar pelo “favorecimento”?

Pode até acontecer, porém, durante o curso, se negros e brancos se formarem, é porque ambos tiveram capacidade para tal, e estarão igualados, ainda que os negros tenham ingressado através das quotas.

Para inúmeros educadores as quotas são como medidas amargas necessárias num momento de transição. Creia, os filhos de negros beneficiados com as quotas ingressarão nas universidades sem a necessidade desse “favorecimento”. É questão de tempo. Palma afirma que: Educação não é corrida de 100 metros; é uma maratona de 42 quilômetros – disse, enfatizado.

Também foi notícia de que a Suprema Corte dos Estados Unidos reafirmou a constitucionalidade dos programas de “ação afirmativa”, estabelecendo que a Universidade de Michigan pode levar em consideração a raça dos candidatos de minorias étnicas no processo de admissão ao curso de pós-graduação da sua faculdade de direito. Porém, o sistema de reserva de quotas para ingresso de minorias étnicas nas universidades norte-americanas foi proibido – por inconstitucionalidade – conforme decisão da Suprema Corte, em 1978.

Veja como a questão é delicada, e denota um racismo implícito, inclusive porque existe uma grande quantidade de “brancos pobres”, embora a grande maioria excluída



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



neste país seja de negros e pardos. Outro fator polêmico é determinar quem é negro ou pardo, para usufruir da quota preferencial.

Segundo Palma, a única solução é a auto-definição. O projeto de quotas deve ser aperfeiçoado, mas acredita que enquanto o governo não tiver condições de disponibilizar aos alunos do ensino público médio, faz-se necessário um curso preparatório para o vestibular.

Segundo pesquisas feitas na USP, Unicamp e Unesp, ambas universidades públicas paulistas e na Fundação Getúlio Vargas, principalmente na Escola de Administração de Empresas de São Paulo, existem pouquíssimos negros e pardos, poderia dizer que menos de 1%.

O princípio da isonomia de que todos são iguais perante a lei só poderia ser aplicado ao presente caso se todos os brasileiros tivessem as mesmas oportunidades, não pela cor mas sim por sua própria condição financeira e se estas fossem iguais. Não é possível, falar de isonomia com tanta desigualdade.

O artigo do jornalista Marcos de Moura e Souza, do Estadão de 24 de janeiro de 2004, informa que mais de 7 mil negros vão estudar em universidades Públicas este ano, graças às políticas de quotas. Desse total, cerca de 3.500 jovens são calouros. Os demais entraram no ano anterior e cursarão agora o 2º ano. Até o ano anterior, apenas três instituições estaduais, duas do Rio de Janeiro e uma da Bahia, reservaram vagas para candidatos negros. Agora, as Universidades estaduais do Mato Grosso do Sul e de Brasília também adotarão o critério. E, o que é melhor: ao contrário da previsão de muitos críticos, balanços preliminares indicam que os quotistas negros e os não-quotistas tiveram rendimentos semelhantes em sala de aula em 2003. O bom desempenho dos quotistas ajudará a melhorar a imagem do programa. Na Universidade da Bahia – Uneb, não houve variação de notas entre os dois grupos. Na Universidade do rio de janeiro – UERJ – 49% dos quotistas passaram de ano sem exames ou dependências, contra 47% dos não-quotistas. A evasão dos negros foi menor. Na UERJ, 5% contra 9% registrados de alunos brancos. Na Uneb, 1,9% contra 2,7%.

Mesmo que esse sistema tenha apontado resultados positivos, seria mais justo se contemplassem também os brancos pobres.

O governo federal precisa acelerar seu projeto de criação de uma política nacional de quotas, fixar que o aluno carente só terá o privilégio se sua família tiver baixa renda per capita e se ele estudou em colégios públicos. Essa pode ser uma boa solução que beneficiaria negros, brancos e amarelos nessas condições.



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



Para Luiz Carlos Bresser Pereira, a maioria dos cursos universitários no mundo atual, não formam cientistas, mas profissionais que irão, em seguida, ganhar salários substancialmente maiores do que teriam se não fizessem o curso.

Nesse caso, o curso é, do ponto de vista do aluno, um investimento com retorno claro. Por que, então, pergunta a sociedade, é preciso subsidiar integralmente também esses alunos?

Alunos que hoje representam menos de 10% da população e provêm das classes médias e altas, que podem pagar? Quando alunos claramente mais pobres pagam por seu curso superior estudando em escolas e Universidades particulares?

Por que, nesse caso, não ter bolsas em grande número para subsidiar apenas os estudantes pobres?

Como a Universidade é incapaz de responder a essas perguntas de forma satisfatória (apenas lembra, corretamente, que seus alunos são principalmente de classe média), sua legitimidade política, que justifica sua participação no Orçamento público, fica prejudicada.

É preciso, portanto, reformar a Universidade, concordam todos. Mas a reforma solicitada resume-se, afinal, em pedir mais recursos e mais autonomia. Ora, a autonomia administrativa é incompatível com a natureza estatal da Universidade brasileira.

Que a Universidade deve ser pública não há dúvida. A Universidade privada com fins lucrativos que existe no Brasil é uma aberração. Deve ser pública e contar com amplas verbas do estado, mas não deve ser pública estatal.

Pode e deve ser pública não-estatal, como é a Universidade americana (inclusive as estaduais) e como se tornaram as Universidades inglesas depois da grande reforma por que passaram. Por isso as Universidades americanas são as melhores do mundo. Porque são públicas não-estatais, porque são autônomas do ponto de vista administrativo e porque competem ativamente por excelência, cujo reconhecimento depende boa parte dos recursos que recebem.

Rodrigo França Taves, diz que segundo o MEC, metade das 1.400 instituições de ensino superior são filantrópicas. Vamos permitir que elas (as instituições sem fins lucrativos) não sejam empresas de fato porque quem se torna empresa de fato sente até a tentação de estabelecer relações ilegais, com exportação de capitais ilegais e branqueamento de recursos.



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



Segundo Tarso Genro, em troca o governo vai oferecer às instituições filantrópicas a oportunidade de elas saírem da ilegalidade em que operam hoje, sem que tenham de pagar os impostos como as demais empresas, o que foi criticada pelo presidente da Associação Nacional das Universidades Privadas (Anup), Heitor Pinto Filho e diz: A filantropia está prevista em lei, se alguém não está cumprindo, que se casse a filantropia.

Tarso ainda explicou que hoje há 37,5% de vagas ociosas nas instituições privadas e filantrópicas e que ele pretende usar 25% das vagas disponíveis dessas instituições.

Na década de 70, quando foi lançada a Lei 5.692/71, que aprovou a promoção automática de 5ª a 8ª série do primeiro grau, gerou muitas discussões e polêmicas até que fosse aprovada. Naquela época, já era sabido por muitos estudiosos que a educação com o passar dos tempos, ia perder a qualidade, ganhando com isso apenas o governo que tirava de sua responsabilidade os estudantes de 7 a 14 anos.

Para Vanilde Paiva, há muito tempo a área educacional não tem sido orientada por conhecedores. A sociedade só hoje começa a se dar conta da catástrofe dos anos 90, abafada por esquema propagandístico sem precedentes.

A agenda então imposta precisa ser colocada em discussão. Décadas atrás o ensino básico ganhou dinâmica expansiva própria, dela resultando sua quase universalização no início dos anos 90.

Por isso, outros problemas deveriam ter constituído o objetivo central da política educacional. Mas, metas quantitativas rendem dividendos elevados e boa posição, em duvidosos índices internacionais.

Quase todos chegam hoje à escola, mas não asseguramos que os alunos cheguem alfabetizados ao final da 8ª série. Pouco investimento qualitativo resultou numa escola de pior qualidade.

Também trocamos políticas educacionais por políticas de avaliação e testes foram profundamente aplicados. Meramente classificatórios, seus dados não tem sido úteis à melhoria do ensino fundamental e médio.

No ensino superior eles mostram o que sempre se soube, sem conseqüências práticas importantes. Transformamos a avaliação no principal item da agenda educacional e passamos a discutir provas, provinhas e provões.

Talvez a única coisa importante que elas conseguiram mostrar foi a queda da qualidade da aprendizagem entre 1995 e 2001. E, enquanto se distrai o público com tais novidades, a situação do ensino continua a piorar.



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



Isto significa mais analfabetismo absoluto e também funcional, o daqueles que não dominam conhecimentos suficientes para enfrentar os desafios de hoje.

O apoio oficial ao crescimento do ensino superior privado nos anos 90, obedecendo à política traçada pelos organismos multilaterais, tornou-se um grande negócio e uma rica fonte dos caixas de campanhas eleitorais via porcentagens dos empréstimos para constituição de base física (prédios).

Mas, enquanto a universidade pública está sendo levada à ruína, ela atende, em pelo menos 50% de suas vagas, alunos provenientes de segmentos pobres.

Que os demais 50% saiam dos 20% mais ricos nada mais natural num país em que os tais 20% abrangem a totalidade de classe média, da qual em todos os países, por razões óbvias, sai a maior parcela das elites de todas as sociedades.

Dela emergem os pesquisadores e o fio de esperança de alguma independência tecnológica desta nação. Há problemas? Muitos. Vão do corporativismo à apropriação privada do público. Mas está na hora de pensar o que se quer fazer com este país e tomar as medidas compatíveis.

Sobre a Universidade pública, muito se fala. Mas quem a frequenta sabe que o argumento do governo de que a Universidade pública serve à elite é um desrespeito. Ela serve também à elite e não somente.

Sônia Isabel Fabris Campos, comenta. Afinal onde mais a elite brasileira pode conviver com o conhecimento e com as diferenças? A elite que se prepara e se dispõe a frequentar a Universidade apesar de as suas precariedades merece estar ali.

Sabemos que a classe média é maioria nas Universidades públicas. E, é visível o esforço desses jovens que a frequentam, para encontrarem um lugar ao sol num país de tantas dificuldades.

Agora, desde quando classe média brasileira é elite? Não parece que a classe média que frequenta a Universidade pública seja exemplo de elite brasileira. Afinal, será que não seria preciso uma definição melhor do termo elite?

Classe média brasileira é aquela que levanta cedo, paga contas com o salário que recebe e não possui excedentes. Paga pela saúde, educação e outras coisas mais que já lhe são descontadas no imposto que paga ao governo.



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



Com relação da isenção fiscal oferecida pelo Ministério da educação e Cultura - MEC, 2º o Ministro Tarso Genro, as Universidades dariam em contrapartida cota de vagas de 25% para o governo, por outro lado às instituições filantrópicas, que já gozam de isenção total, o MEC acenou com a possibilidade de que passem a desfrutar das mesmas vantagens que as privadas tem e que a adesão ao programa será voluntária.

As vagas serão destinadas a candidatos que fizeram vestibular para instituição pública e não foram aprovados, desde que se enquadrem nos critérios do projeto: sejam oriundos de famílias de baixa renda, negros ou índios, deficientes físicos ou ex-presidiários.

O critério de distribuição das vagas será da seguinte maneira: se uma federal oferece 50 vagas para medicina, por exemplo, o 51 classificado no vestibular será o primeiro a ter direito a escolher a instituição privada em que quer estudar. O 52 classificado será o segundo a escolher e assim por diante.

O ministério não oferecerá bolsa integral a todos os beneficiados pelo programa. Haverá também bolsas parciais e financiamentos em que o aluno terá de pagar posteriormente o valor integral da matrícula, como ocorre no programa de financiamento estudantil.

Segundo o censo da educação superior de 2002, publicado por Luciana Constantino, havia naquele ano 1.442 instituições privadas (88% do total) e 195 públicas. Na prática, o MEC quer estender a todas as particulares a isenção de tributos que hoje é dada às filantrópicas, principal alvo do programa. Não há igualdade de condições para que as instituições disputem os alunos, já que algumas têm isenção e outras não.

Para Gustavo Petta, presidente da União Nacional dos Estudantes (Une), a proposta tem muitos problemas, porém são a favor da ocupação das vagas ociosas, mas entendem ser feita com a isenção existente para as filantrópicas. A prioridade deveria ser a expansão de vagas nos cursos noturnos de Universidades públicas.

Para o coordenador do Movimento dos Sem Universidade (MSU), Sérgio José Custódio, a proposta está corretíssima e é necessária, entretanto a implantação requer cuidado. Para ele, o projeto tanto pode favorecer os tubarões do ensino como gerar discriminação. Os sem Universidade podem acabar sendo jogados nas piores vagas das piores instituições.

A idéia do ministro Tarso Genro de estatizar vagas de universidades privadas vai privilegiar as regiões mais ricas do país.



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



Segundo Marcos de Moura e Souza e Renata Cafardo, em Estados com maior carência do Norte e Nordeste há poucas instituições particulares e conseqüentemente menos vagas a serem aproveitadas pelo governo.

No Pará, por exemplo, só existe uma Universidade privada. Nas regiões mais pobres, a saída é aumentar o número de vagas nas públicas, diz o diretor do Núcleo de Estudos Sobre Ensino Superior da Universidade de Brasília (UnB), Carlos Benedito Martins.

Dados do MEC apontam que no Nordeste, mais de 450 mil alunos se formaram no ensino médio em 2002, enquanto as instituições particulares ofereciam apenas 150 mil vagas (as públicas, 90 mil).

No Sudeste ocorreu o contrário, Haviam mais vagas em faculdades e universidades privadas do que formandos.

Para Martins, o crescimento das particulares está relacionado ao poder aquisitivo da população de cada região. Em São Paulo, a ociosidade de vagas é evidente. São 510 mil formandos e 512 mil vagas só nas particulares.

Segundo a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc), que reúne muitas escolas com certificados de filantropia, a oferta do governo de transformar em empresas as instituições filantrópicas que aderirem ao plano, não agrada.

Se virarem empresas, caem na vala comum, diz o presidente da entidade, Aldo Vannucchi. Segundo ele, as comunitárias, além de serem mais baratas, visam a uma formação com responsabilidade social.

Estudo realizado por Emanuel Marcos Lima, da Faculdade de economia, Administração e Contabilidade (FAE – USP), mostra que a contabilidade das instituições filantrópicas não prova que praticam gratuidade.

Para Gláucio Ericeira, segundo o Reitor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Fernando Ramos, o programa “Universidade para Todos”, ao invés de conceder isenção fiscal as Universidades particulares, o governo Lula poderia destinar as Universidades federais maiores recursos que seriam investidos na criação de novos cursos, expansão de cursos para o horário noturno, interiorização da graduação e melhoria da infra-estrutura.

O anúncio da criação de vagas públicas nas Universidades particulares brasileiras foi visto com bons olhos pelo diretor licenciado da Faculdade São Luiz, Dimas Salustiano da Silva. Ele afirma que num primeiro momento não havia concordado com a



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



proposta em função da imprensa nacional ter divulgado que o processo seria uma espécie de estatização de vagas, mas felizmente o próprio ministro da Educação Tarso Genro, em reunião com representantes de universidades brasileiras retificou esta informação afirmando que o programa é um processo que visa tornar públicas as vagas nas Universidades particulares.

Para Marcelo Sampaio de Alencar, uma leitura mais atenta da proposta do Universidade para Todos, revela apenas que o Governo quer, mais uma vez, assumir o ônus que as entidades privadas estão tendo por conta da elevada concorrência no setor.

Se o Governo quer criar novas vagas, por que não investe em seu sistema de Universidades Federais, Laboratórios, Institutos e Centros Federais de Educação Tecnológica?

A justificativa é simples. O Governo Federal gerencia um sistema que realmente não tem fins lucrativos, ao contrário da maioria das empresas educacionais. Os salários pagos são os menores do mercado e correspondem a 95% dos orçamentos das instituições, restando apenas para custeio e investimentos.

Portanto, não há como o custo de um aluno, em escola privada, ser menor que o custo do mesmo aluno em uma instituição pública. Porém, o Governo gastaria melhor os recursos públicos investindo em suas próprias Universidades e Centros Educacionais.

Para Davi Ortega e Pedro Augusto Franco Pinheiro Moreira, a possibilidade de um repentino salto no número de vagas nos cursos de graduação pode esconder sérios riscos ao ensino superior do país, principalmente se quisermos manter os padrões de Excelência e Qualidade que sempre estiveram dentro das exigências de estudantes de todo o Brasil.

A Avaliação Nacional de Cursos (o Provão) atesta, pelo menos em tese, a liderança absoluta em qualidade e excelência das Universidades públicas em praticamente todos os cursos ministrados no país. Além disso, elas são responsáveis pela manutenção de linhas de pesquisa em ciências e desenvolvimento de novas tecnologias.

Ainda, segundo os resultados do Provão, as entidades educacionais de ensino superior privadas obtiveram médias muito inferiores em relação às das federais. Nesse sentido, devemos encarar a proposta do governo não como a democratização do ensino superior, mas como uma deliberada tentativa de empurrar a população carente para as entidades de ensino de baixa qualidade em todas as etapas da aprendizagem.

Em outras palavras, um aluno carente inicia seus estudos nas falidas escolas públicas de ensino fundamental e médio e, se isso não bastasse, são encaminhados



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



agora, pelo governo, às piores entidades de ensino superior do Brasil: as Universidades privadas.

Um outro aspecto controverso da proposta é a isenção fiscal às Universidades particulares que colaborarem. Podemos considerá-la um tanto quanto estranha, pois o governo requisitou apenas as vagas ociosas e isso significa que não haverá ônus às faculdades se engajarem o projeto.

Portanto, como as vagas já existem, não haverá investimento nenhum das particulares. O incentivo fiscal passa a ser uma ajuda pelo simples fato de disponibilizarem cursos de qualidade inferiores em relação aos das federais. Um acordo bastante lucrativo para as Universidades particulares.

Sem dúvida nenhuma, a parte da arrecadação das Universidades particulares que o governo está se desfazendo seria muito bem vinda para ampliar e melhorar o ensino superior público e de qualidade oferecido pelo país.

Para Rodrigo Maranguape Silva, se quisermos realmente formar um país justo, precisamos garantir a equidade de condições e que a seleção seja realizada apenas pelo desempenho e esforço individual.

Uma atitude duradoura e de grande importância seria a melhoria real da qualidade dos alunos, mediante a melhoria do ensino das escolas e através de cursinhos das universidades para alunos de escolas públicas.

Cafardo no JC. de 03 de março de 2004, diz que no Brasil as instituições de ensino sobrevivem às custas de mensalidades e poucos têm fontes alternativas.

Ao contrário do que ocorre em países desenvolvidos, onde as parcerias públicas e privadas para pesquisas e as doações são práticas comuns para ajudar a manter o ensino superior particular.

O estudo feito pela Lobo & Associados, revela que 91,54% da receita das Universidades, Faculdades e Centros Universitários vem das mensalidades.

Nos Estados Unidos, o índice é de 28% e na Inglaterra, de 17%.

Segundo estimativas, o ensino superior privado brasileiro movimenta R\$ 10 bilhões e tem 2,4 milhões de alunos.



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



Segundo Rodrigo Moraes, "o governo trabalha com a idéia de bolsas parciais para quem vive em família com renda per capita entre 1,5 e 2,5 salários mínimos e bolsa integral para a faixa de até 1,5 mínimo per capita".

Para Tarso Genro, as instituições de ensino superior privadas poderão chamar ex-alunos que largaram os cursos por motivos financeiros para retornar os estudos, dentro do projeto que prevê a ocupação de cerca de 20% das vagas ociosas de Universidades particulares.

O objetivo maior é permitir o ingresso dos estudantes de baixa renda e daqueles que abandonaram a Universidade por não poderem pagá-la.

Em contrapartida o governo reduzirá as isenções fiscais oferecidas as universidades que cederem vagas ociosas para o atendimento de alunos carentes no programa.

Se as Universidades Filantrópicas que aderiram o Financiamento Estudantil - FIES, são isentas das cotas patronais, o que resta aqui é esclarecer como fica essas instituições perante ao Programa Universidade para Todos?, se as mesmas já estão isentas das obrigações sociais patronais?.

Segundo José Roberto Pinto de Góes, a Constituição de 1988, como as anteriores, não reconhece a idéia de raça como um critério real de distinção entre os indivíduos e a ela só se refere para dizer que é crime discriminar as pessoas por critérios raciais.

As cotas, por sua vez, são raciais, isto é, conferem legitimidade à idéia de raça. A razão apresentada por seus idealizadores é que, no dia-a-dia, critérios raciais são efetivamente importantes no destino de cada um, razão pela qual a solução seria assumir isso como um dado da realidade e tratar de amparar os racialmente oprimidos, o que inclui apoiar e promover a auto-estima racial entre eles.

O Universidade para Todos, passa por diversas polêmicas, as vezes por má interpretação nas redações, outras por questões políticas partidárias, enfim são grandes as divergências nesta questão.

O programa seria inicialmente editado como uma medida provisória do governo. O Ministro Tarso Genro disse que depois de ouvir as argumentações de diversas entidades ligadas à educação, como a União Nacional dos Estudantes, o governo preferiu levar a discussão ao Congresso.

Segundo o secretário-executivo do MEC, Fernando Haddad, não seria justo fazer recair sobre os ombros do aluno esse preço, num momento em que a renda,



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



principalmente da classe média, encontra-se achatada, afirmou. A retirada de isenções fiscais provocaria um aumento imediato das mensalidades e quem arcaria com a expansão seriam os estudantes.

Haddad lembrou que, atualmente, as instituições filantrópicas e aquelas com fins lucrativos e sem fins lucrativos possuem arrecadação anual de R\$ 12 bilhões e pagam R\$ 226 milhões em impostos, como o Imposto Sobre Serviços (ISS) e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL).

‘Esse total não chega a 2%’, revelou. Segundo ele, 50% das instituições não recolhem nenhum imposto aos cofres públicos, 35% pagam o Programa de Integração Social (PIS) e contestam na Justiça o pagamento da Confins (Contribuição de Financiamento de Seguridade Social) e apenas 15% se declaram entidades com fins lucrativos.

Haddad deixou claro, também, que o programa não pretende resolver o problema da expansão da Universidade, mas reservar cotas para os egressos do ensino médio da rede pública. Ele também prevê a reserva de vagas para segmentos excluídos da população, de acordo com a proporção destes grupos na sociedade brasileira.

Ele esclareceu, ainda, que as vagas a serem oferecidas a esses alunos não são ociosas.

Pesquisas feita na Unicamp, por Sebastião de Amorim, confirmam que no Brasil, a distribuição de vagas de qualidade no ensino superior é muito pior que a da renda.

O aluno pobre, ao concluir o colegial, pratica, conscientemente ou não, um ato de renúncia, de auto-exclusão, por diversos motivos, ele nem se inscreve para o vestibular. Que forças induziriam este gesto? Ocorre aí uma trama complexa de fatores com:

- 1- Pré-disposição cultural,
- 2- Autoconfiança,
- 3- Econômico.

Na pré-disposição cultural, o ambiente cultural nativo não inclui a formação superior como uma opção concreta e, em casos mais profundos de marginalização cultural, nem abstrata. O baixo nível de autoconfiança vitimiza o jovem que, desejando continuar os estudos, se julga - às vezes, sem razão - incapaz de competir pelas melhores vagas com seus contemporâneos mais bem lastreados. E o fator econômico: Muitos jovens, desejando continuar os estudos e munidos de autoconfiança acadêmica, não conseguem fechar a equação da auto-sustentação na Universidade, até porque esta freqüentemente inclui, como termo complicador, a ‘necessidade de ajudar em casa’.



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



Não parece muito difícil desenhar programas para superar cada um dos fatores acima – campanhas educativas para os dois primeiros e bolsas para o terceiro. Aí a ação governamental pode ser eficaz: viabilizando economicamente o estudante de baixa renda que, por seus próprios méritos acadêmicos, tenha conseguido uma vaga na Universidade pública.

Oferecendo por ano 100 mil novas bolsas de um salário mínimo mensal, a carga financeira crescerá R\$ 300 milhões ao ano até se estabilizar, ao final do quarto ou quinto ano, em torno de R\$ 1,4 bilhão anual. Uma enérgica onda de motivação percorrerá as camadas mais pobres da população, agitando o ensino básico e trazendo aos vestibulares um contingente adicional de 1 milhão de novos candidatos, garantindo às Universidades um salto qualitativo considerável.

Para Tarso Genro e Fernando Haddad, o ensino superior é tão caro que sua desoneração não garante acesso aos cidadãos de baixa renda.

De forma complementar, o programa Universidade para Todos pretende dar ao ensino superior tratamento tributário idêntico ao dado aos gêneros de primeira necessidade.

Assim como a desoneração tributária do pão não favorece o padeiro, mas quem tem fome desse bem essencial, o ensino deveria receber tratamento similar. Contudo esse movimento não deve ser feito sem exigências.

A posição do MEC, nesse particular, é a criação de um fundo específico para custear a expansão com qualidade da educação pública, mediante a subvinculação de receitas, destinado às universidades federais que, nesse processo, conquistariam, finalmente a sua autonomia.

O fundo público – e não o bolso do aluno, como alguns parecem desejar – deveria financiar esse empreendimento. A Lei Orgânica da Educação Superior, a ser formulada em conjunto com a comunidade acadêmica e a sociedade civil, poderá consagrar essa orientação.

Para Ana Cristina Campos e Carolina Brígido, “a proposta do governo de reservar 50% das vagas de universidades federais para alunos que fizerem o ensino médio em escolas públicas foi considerada por dirigentes de entidades educacionais interessante mas insuficiente para atingir os objetivos aos quais se propõe”.



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



Para José Domingues, vice-presidente do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), o projeto é um paliativo que não conseguirá resolver os problemas estruturais da educação.

É uma iniciativa interessante porque vai impulsionar a melhoria da qualidade das escolas públicas e acabar com a indústria do cursinho. Mas não adianta só fazer isso. É preciso reformar a educação como um todo. É sempre temerário quando o governo manda projetos picotados, sem articulação de um com o outro.

Domingues também ressaltou que, se o projeto for aprovado pelo Congresso, o governo terá de investir em ações de recuperação das escolas públicas. Para ele, se o governo garantisse escolas de boa qualidade essa política de cotas não precisaria ser implementada.

O presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), Roberto Cláudio Bezerra, teme que a reserva de 50% das vagas das Universidades federais para estudantes de escolas públicas afete a qualidade do ensino nessas instituições, com aumento de repetência e evasão.

Ele acredita que boa parte dos novos alunos chegarão à Universidade com defasagem de conhecimento, após terem cursado todo o ensino médio na rede pública.

É lamentável saber que o presidente do (CNE) Roberto Cláudio Bezerra, nesse artigo confirma que o ensino da rede pública é considerado ruim. Então deixo aqui uma interrogação. Por que não melhorar primeiro o ensino público?

Outra polêmica aparece, na qual os dirigentes de universidades particulares tentarão mudar no Congresso o projeto que estipula cotas nas instituições de ensino superior particulares.

Afirma o vice-presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimento de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), Antônio Carbonari Netto, “já que não fomos ouvidos antes, teremos de fazer emendas”.

Segundo ele, que representa também a associação brasileira de mantenedoras, as instituições não concordam com o fato de o governo pedir reserva de vagas.

O ministro da educação, Tarso Genro, classificou de elitistas e corporativos os críticos do programa de cotas para estudantes de escolas públicas nas escolas federais.



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



Segundo ele, alguns setores ‘vêm a Universidade pública como um nicho intocável pela sociedade’. Assim como há um pensamento democrático na Universidade também há um pensamento elitista, presumidamente de esquerda – disse o ministro.

Tarso afirmou, ainda, que justamente esse tipo de defesa, que chamou de corporativa, ‘aproxima-se da direita, que quer elitizar a Universidade para depois transformá-la em paga’.

Segundo Susan Faria, Assessora de Comunicação do MEC, a distribuição das reservas de vagas, será no mínimo de 50% em cada concurso de seleção para ingresso nos cursos de graduação, para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. A distribuição dessas vagas levará em conta o perfil da população da Unidade da Federação onde está instalada a Universidade, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dentre as vagas reservadas aos alunos oriundos da rede pública, haverá um percentual mínimo para estudantes auto-declarados negros e indígenas.

Para Sérgio Pontes Ribeiro, há quem questione que as Universidades não carecem de ter um papel assistencialista, como é o caso do professor adjunto de ecologia da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP -, quando acha, antes de tudo, que inclusão é fundamental, mas neste contexto, é importante que o óbvio seja dito: as Universidades têm já uma grande função social fundamentada na sua estrutura e forma de funcionamento.

Ela tem como função gerar a inclusão científico-tecnológica do Brasil no mundo contemporâneo; precisa desenvolver soluções tecnológicas que ajudem a reduzir a fragilidade estratégica nacional e o sofrimento do povo brasileiro, em campos como engenharia civil, saúde e meio ambiente, por exemplo; precisa resolver dilemas sócio-econômicos complexos e de difícil trato teórico, e aplicação ainda mais difícil; precisa nos livrar da dependência das soluções externas e nos garantir soberania, precisa gerar e divulgar conhecimento de altíssima qualidade, o que por sua vez resultará na capacitação de seus alunos e na solução de questões complexas e urgentes que nos emperram como nação.

Recentemente várias questões polêmicas têm surgido nos jornais divulgando o programa de Universidade para Todos. As críticas são das mais diversas, algumas sugestivas outras agressivas e até mesmo aquelas de cunho político e festivo.

O que mais me tem surpreendido é que até o presente momento, após já quase dois anos que se fala sobre o assunto, não têm aparecido nenhuma pesquisa populacional a respeito. A questão é realmente polêmica, por um lado tem o interesse de lançar mais um



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



programa governamental e por outro como fica a questão do racismo? Será que os defensores das questões raciais estão vendo isso com bons olhos ou será mais uma polêmica que está se criando para o futuro?

Para a professora Raquel Pérez da Universidade Estadual do Sudeste da Bahia, “Se o objetivo é diminuir a desigualdade social entre raças e classes econômicas a maneira mais simples e objetiva seria tornar as redes de ensino público e privado, de nível fundamental e médio, em centros de excelência”.

Segundo a professora Maria Saraiva, “parece que as pessoas confundem Affirmative Action com Cota. Nos EUA a ação afirmativa existe nas Universidades porque na seleção de alunos a cor/ethnia eram levadas em consideração. Lá não existem cotas, existem metas. Estão confundindo metas com cotas forçadas. A ilusão de cotas é trazida por pessoas que não moraram e conviveram nos EUA. Mesmo com o affirmative action (que não é cota) os negros americanos ainda estão no patamar mais baixo de remuneração econômica e social”.

No artigo de Lisandra Paraguassú, publicado no JC. De 07/06/04, Raddad, diz que duas forças contraditórias apresentam projetos no Congresso. Uma do interesse público, que quer ampliar o acesso de jovens carentes ao ensino superior, e o interesse privado de instituições que se apresentam como filantrópicas, mas têm como finalidade o lucro.

Para José Márcio Camargo, doutor em economia, os alunos de escolas públicas têm, em média, formação pior do que os das escolas particulares, o efeito imediato das cotas será uma diminuição da qualidade média dos alunos das Universidades federais e, portanto, da qualidade do ensino universitário público, o que é bastante ruim.

O primeiro ponto é que mais de 70% dos alunos das universidades públicas provêm de famílias cujos membros estão entre os 20% mais ricos da população.

Como as universidades públicas são financiadas por impostos pagos por toda a população, inclusive pelos pobres, então se deduz que no Brasil os pobres financiam a educação universitária dos ricos.

Hoje, a probabilidade de um aluno de escola pública de 2º grau ser aprovado no vestibular de uma universidade federal para os cursos cuja demanda é elevada, como medicina, engenharia etc., é bastante baixa. Camargo defende que as cotas sejam por curso, e não por instituição. Portanto, apesar de a instituição de cotas ter efeito perverso sobre a qualidade da Universidade pública no curto prazo, no longo prazo o resultado poderá ser uma melhora da qualidade do ensino de 2º grau público e das Universidades particulares, diminuindo a desigualdade na qualidade do sistema educacional no Brasil e tornando a distribuição dos gastos governamentais com educação mais igualitária.



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



Para o professor Tarcisio Pequeno, “Universidades não são e não devem ser para todos”. O que deve ser para todos, por uma diretriz constitucional, senão por razão mais elevada, é a oportunidade da vida digna e da realização das potencialidades e talentos, que a nenhum cidadão se pode negar, nascido ele rico, pobre, remediado ou miserável.

Num documento que foi divulgado pelo MEC elaborado pelos professores Eliezer Pacheco e Dilvo Ristoff, publicado no artigo de Antônio Góis no JC. De 08/09/04, estimam que a rede pública poderá elevar em 298 mil o número de alunos matriculados nos cursos noturnos em quatro anos.

Hoje o total de 1,1 milhão de alunos estudando em instituições públicas de ensino superior, 376 mil (ou 36% do total), estudam à noite e 675 mil (64%), de dia.

Após muitas discussões, críticas e sugestões, aparece a questão da inclusão de doutores no ProUni. Assim mais uma solicitação aparece para incluir nas diversas Medidas provisórias que serão apresentadas ao governo à adesão no programa.

Segundo o leitor do Jornal da Ciência de 21 de setembro de 2004, Rodrigo Américo Cunha de Souza, é questionável a adesão de doutores no ensino de graduação. Alunos de baixa renda, com uma péssima base de primeiro e segundo graus necessitam de motivação e professores que os façam reagir, precisam de métodos didáticos inovadores e extrema atenção. A graduação, para esse tipo de aluno, não é o momento para produção científica nos moldes atuais.

Conclusão

O ProUni não irá alterar o fato de que o sistema educacional do Brasil continua muito aquém do que um processo sólido de desenvolvimento econômico e social exigiria.

O problema do acesso à educação deve ser enfrentado desde seu início, ou seja, do ensino fundamental deficiente oferecido no país. Essa insuficiência leva famílias de classe média a recorrer a escolas privadas e condena os filhos das mais pobres a uma formação que poderá coloca-los em desvantagem pelo resto de suas vidas.

Uma política de democratização do ensino que se preze precisaria começar por mudar essa realidade básica.

Quanto à carreira acadêmica, é forçoso dizer que ela não é para todos, ao contrário do que sugere o nome do programa.



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



É preciso que se criem alternativas profissionalizantes capazes de assegurar condições competitivas no mercado de trabalho e eliminar o interesse apenas formal pelo diploma, em muitos casos apenas um papel que muito pouco atesta sobre a capacidade de quem o possui, mas ajuda o portador a cumprir requisitos para ascender salarialmente no trabalho.

Referências

Artigo de Wrana Panizzi, publicado na Folha de São Paulo de 20/12/03 e no (JC)-Jornal da Ciência de 22 de dezembro de 2003, no site <http://www.jornaldaciencia.org.br>.

Artigo de Luiz Carlos Bresser Pereira, publicado no JC de 09/02/04 e na Folha de São Paulo.

Artigo de Vanilde Paiva, publicado no JC e no O Globo de 12 de fevereiro de 2004.

Artigo de Sônia Isabel Fabris Campos, publicado no JC de 17/02/04.

Artigo de Luciana Constantino, publicado no JC e na Folha de São Paulo de 17/02/04.

Artigo de Marcos de Moura e Souza e Renata Cafardo, publicado no JC e no Estado de São Paulo de 18/02/04.

Artigo de Gláucio Ericeira, publicado no JC e no O Imparcial de São Luís em 18/02/04.

Artigo de Marcelo Sampaio de Alencar, publicado no JC de 18/02/04.

Artigo de Davi Ortega e Pedro Augusto Franco Pinheiro Moreira, publicado no JC de 19/02/04. Ambos doutorandos em Física pela Universidade de Campinas –Unicamp.

Artigo de Rodrigo Moraes, publicado no JC e no O Estado de São Paulo de 05/03/04

Artigo de Rodrigo Maraguape Silva da Cunha, da Universidade Estadual Vale do Acaraú, Ceará, publicado no JC de 19/02/04.

Artigo de Renata Cafardo, publicado no JC e no O Estado de São Paulo em 03/03/04.

Artigo de José Roberto Pinto de Góes (historiador e professor da Universidade estadual do Rio de Janeiro – UERJ, publicado no JC e no O Estado de São Paulo de 13/04/04

Artigo de Sebastião de Amorim (professor do Departamento de Estatística da Unicamp, publicado no JC e no O Estado de São Paulo de 12/05/04



IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



Artigo de Tarso Genro e Fernando Haddad, publicado na JC de 17/05/04 e na Folha de São Paulo de 16/05/04) (Tarso Genro é advogado, é ministro da Educação e ex-ministro da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (2003); Fernando Haddad, advogado, mestre em economia e doutor em filosofia, é professor de ciência política da USP e secretário-executivo do Ministério da Educação).

Artigo de Ana Cristina Campos e Carolina Brígido, publicado no JC de 17/05/04 e no O Globo de 15/05/04.

Artigo de Renata Cafardo, publicado no JC e no O Estado de São Paulo de 18/05/04).

Artigo de Sérgio Pontes Ribeiro, (professor adjunto de ecologia e evolução da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP e fundador do Movimento dos Jovens Doutores), publicado no JC de 20/05/04

Artigo de Maria Saraiva, publicado no JC de 26/05/04. É PhD em Ciências Epidemiológicas pela Universidade de Michigan.

Artigo de Susan Faria, publicado no Diário Oficial da União de 19/05/04 e no JC De 20/05/04.

Artigo de Raquel Pérez, publicado no JC De 20/05/04. É professora de Zoologia da Universidade Estadual do Sudeste da Bahia.

Artigo de José Márcio Camargo (Doutor em Economia pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (EUA), professor de Economia da PUC/RJ e sócio da Tendências Consultoria Integrada) e Bruno Ferman (mestrando do departamento de Economia da PUC/RJ), publicado no JC e na Folha de São Paulo de 22/06/04.

Artigo de Tarcisio Pequeno (Professor titular da Universidade Federal do Ceará (UFC), pesquisador do CNPq, publicado no JC e no Jornal O Povo de 06 de agosto de 2004).

Artigo de Eliezer Pacheco (Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais (Inep) e Dilvo Ristoff (Diretor de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior do Inep), publicado no JC de 08/09/04 e na Folha de São Paulo de 07/09/04, por Antônio Góis.

Mensagem da leitora Isabella Palmié, publicado no J.C. de 09/02/04.

Palma, Antônio Jacinto Caleiro. Ventos que sopram da Franca para França. São Paulo-2004. pag. 129-132).